



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
DECRETO Nº 13.327, DE 15 DE SETEMBRO DE 2023

Estabelece atualização monetária dos valores constantes dos Anexos I e II à Lei Complementar nº 882, de 6 de dezembro de 2017, e dos valores venais constantes dos arts. 78 e 104 da Lei Complementar nº 17, de 1º de dezembro de 1997, com redação determinada pela Lei Complementar nº 882, de 2017, anteriormente atualizados por meio do Decreto nº 13.016, de 30 de setembro de 2022, e dá outra providência.

Considerando a adoção, pelo Município, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como índice de atualização monetária dos tributos municipais, nos termos do inciso III do art. 344 da Lei Complementar nº 17, de 1º de dezembro de 1997 (Código Tributário do Município de Araraquara);

Considerando que, conforme divulgação do IBGE, o IPCA apurado no período de setembro de 2022 a agosto de 2023 correspondeu a 4,61% (quatro inteiros e sessenta e um centésimos por cento);

Considerando que, por força do § 2º do art. 97 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo;

Considerando que, no julgamento do RE 648245/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 1º de agosto de 2013, com repercussão geral, o Plenário do Colendo Supremo Tribunal Federal decidiu que "a simples atualização do valor monetário da base de cálculo poderá ser feita por decreto do Prefeito. Assim, os Municípios podem atualizar, anualmente, o valor dos imóveis, com base nos índices oficiais de correção monetária, visto que a atualização não constitui aumento de tributo (art. 97, § 1º do CTN) e, portanto, não se submete à reserva legal imposta pelo art. 150, I da CF/88";

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas alíneas "a", "b", "m" e "o", todas do inciso I do "caput" do art. 126 c.c o inciso IV, "in fine", do "caput" do art. 112, todos da Lei Orgânica do Município de Araraquara, com fundamento no § 2º do art. 97 do Código Tributário Nacional,

DECRETA:

Art. 1º Este decreto estabelece atualização monetária dos valores constantes dos Anexos I e II à Lei Complementar nº 882, de 6 de dezembro de 2017, e dos valores venais constantes dos arts. 78 e 104 da Lei Complementar nº 17, de 1º de dezembro de 1997, com redação determinada pela Lei Complementar nº 882, de 2017, anteriormente atualizados por meio do Decreto nº 13.016, de 30 de setembro de 2022, com base no Índice Nacional de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e apurado no período de setembro de 2022 a agosto de 2023, e dá outra providência.

Art. 2º Os valores constantes dos Anexos I e II à Lei Complementar nº 882, de 2017, anteriormente atualizados por meio do Decreto nº 13.016, de 30 de setembro de 2022, ficam atualizados monetariamente na razão de 4,61% (quatro inteiros e sessenta e um centésimos por cento), para determinação da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), a ser lançado a partir do exercício de 2024.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças proceder à atualização de que trata o “caput” deste artigo junto ao sistema informático de lançamento de tributos municipais, informando, a qualquer contribuinte juridicamente interessado, o valor atualizado.

Art. 3º Os valores venais constantes do inciso I do art. 78 e das alíneas “a” a “m” do art. 104 da Lei Complementar nº 17, de 1997, com redação determinada pela Lei Complementar nº 882, de 2017, e anteriormente atualizados por meio do Decreto nº 13.016, de 30 de setembro de 2022, ficam atualizados monetariamente na razão de 4,61% (quatro inteiros e sessenta e um centésimos por cento), respectivamente nos seguintes termos:

I – valores venais constantes do inciso I do art. 78, da Lei Complementar nº 17, de 1997:

- a) valores venais até r\$ 31.188,18 – 0,37%;
- b) valores venais de r\$ 31.188,19 a r\$ 43.663,45 – 0,43%;
- c) valores venais de r\$ 43.663,46 a r\$ 62.376,36 – 0,50%;
- d) valores venais de r\$ 62.376,37 a r\$ 81.089,27 – 0,56%;
- e) valores venais de r\$ 81.089,28 a r\$ 124.752,72 – 0,63%;
- f) valores venais de r\$ 124.752,73 a r\$ 249.505,45 – 0,69%;
- g) valores venais de r\$ 249.505,46 a r\$ 374.258,17 – 0,75%;
- h) valores venais de r\$ 374.258,18 a r\$ 499.010,89 – 0,82%;
- i) valores venais de r\$ 499.010,90 a r\$ 623.763,61 – 0,88%;
- j) valores venais de r\$ 623.763,62 a r\$ 1.247.527,22 – 0,95%;
- k) valores venais de r\$ 1.247.527,23 a r\$ 1.871.290,84 – 1,01%;
- l) valores venais acima de r\$ 1.871.290,84 – 1,08%;

II – valores venais constantes das alíneas “a” a “m” do art. 104, da Lei Complementar nº 17, de 1997:

- a) valores venais até r\$ 124.752,72 – 0,18%;
- b) valores venais de r\$ 124.752,73 a r\$ 187.129,09 – 0,20%;
- c) valores venais de r\$ 187.129,10 a r\$ 249.505,45 – 0,22%;
- d) valores venais de r\$ 249.505,46 a r\$ 311.881,81 – 0,24%;
- e) valores venais de r\$ 311.881,82 a r\$ 374.258,17 – 0,26%;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- f) valores venais de r\$ 374.258,18 a r\$ 561.387,25 – 0,28%;
- g) valores venais de r\$ 561.387,26 a r\$ 623.763,61 – 0,29%;
- h) valores venais de r\$ 623.763,62 a r\$ 748.516,33 – 0,31%;
- i) valores venais de r\$ 748.516,34 a r\$ 873.269,06 – 0,33%;
- j) valores venais de r\$ 873.269,07 a r\$ 1.060.398,14 – 0,35%;
- k) valores venais de r\$ 1.060.398,15 a r\$ 1.247.527,22 – 0,37%;
- l) valores venais de r\$ 1.247.527,23 a r\$ 1.559.409,03 – 0,39%; e
- m) valores venais acima de r\$ 1.559.409,03 – 0,40%.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “PREFEITO RUBENS CRUZ”, 15 de setembro de 2023.


EDINHO SILVA
Prefeito Municipal


DONIZETE SIMIONI
Secretário Municipal de Governo


ANTONIO ADRIANO ALTIERI
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

Publicado na Coordenadoria Executiva de Justiça e Relações Institucionais na data supra.


MARINA RIBEIRO DA SILVA
Coordenadora Executiva de Justiça e Relações Institucionais

Arquivado em livro próprio. Memorando 3.096/2023 1Doc (“MRS/RAP”).